



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_ DE 2021

Dispõe sobre a instituição do Arquivo Público da Câmara Municipal de Monte Mor (SP) e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Mor, nos termos do Art. 16, III, e do Art. 177, § 1º, “g” da Resolução nº 02/2012, apresenta Projeto de Resolução nos termos que seguem:

**Art. 1º** Fica instituído o Arquivo Público da Câmara Municipal de Monte Mor (SP), vinculado à Diretoria Geral, sob a responsabilidade do Bibliotecário da Câmara.

**Art. 2º** São atribuições do Arquivo Público da Câmara Municipal de Monte Mor (SP):

I - formular a política de gestão de documentos e coordenar a sua implantação no âmbito do Poder Legislativo Municipal;

II - estabelecer e divulgar diretrizes e normas de gestão e preservação de documentos;

III - garantir o acesso às informações e arquivos no âmbito da Câmara Municipal, observadas as restrições legais eventualmente aplicáveis;

IV - coordenar a elaboração e atualização de Planos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade de Documentos da Câmara Municipal;

V - assegurar a gestão, preservação e controle dos documentos sob custódia;

VI - dar cumprimento aos prazos estabelecidos nas Tabelas de Temporalidades de Documentos, coordenar a eliminação daqueles desprovidos de valor e garantir a preservação dos documentos de valor histórico, probatório e informativo;

VII - autorizar as eliminações de documentos produzidos, recebidos e acumulados pela Câmara Municipal, desprovidos de valor permanente, em conformidade com o artigo 9º da Lei Federal nº 8.159/1991;

VIII - propor programas de ação educativa, social e editorial destinados a estreitar o vínculo da instituição com a comunidade e com vistas à recuperação da memória coletiva e as pesquisas sobre a história do Município a partir do acervo sob sua guarda;

IX - acompanhar e contribuir no desenvolvimento de programas de informatização, na gestão de documentos digitais e na instalação de sistemas informatizados de gestão arquivísticas de documentos.





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

**Art. 3º** Ao Arquivo Público da Câmara Municipal de Monte Mor (SP) ficam subordinados, tecnicamente, todos os arquivos e protocolos do Poder Legislativo Municipal, sem prejuízo de sua subordinação administrativa, com o objetivo de:

- I - assegurar a gestão sistêmica de documentos e informações, inclusive de documentos digitais;
- II - agilizar o acesso aos documentos e informações;
- III - assegurar a preservação de documentos que encerram valor histórico, probatório e informativo;
- IV - promover a integração das atividades nos diversos setores da Câmara Municipal.

**Art. 4º** A Câmara Municipal de Monte Mor (SP) instituirá a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso, grupo permanente, multidisciplinar e composta de três a cinco servidores do quadro de pessoal efetivo que será nomeada dentro do prazo de 30 (trinta) dias, com as seguintes atribuições:

- I - orientar a identificação e avaliação de documentos, visando à elaboração e aplicação de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos;
- II - promover estudos e orientar a identificação de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, visando assegurar a sua proteção;
- III - colaborar com os setores da Câmara Municipal no trabalho de avaliação da massa documental acumulada;
- IV - coordenar os trabalhos de eliminação, transferência e de recolhimento de documentos;
- V - auxiliar a implementação da política de acesso à informação no âmbito da Câmara Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- VI - atuar como instância consultiva, sempre que provocada, sobre os recursos interpostos relativos às solicitações de acesso a informações não atendidas ou indeferidas.
- VII – Atuar, no que lhe couber, para o atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD, Lei nº 13.709/2018).
- VIII – Atuar em conjunto com o Bibliotecário da Câmara no cumprimento das atribuições do arquivo público.

**Art. 5º** A eliminação de documentos públicos do legislativo municipal somente será realizada mediante autorização do Arquivo Público da Câmara Municipal de Monte Mor (SP).

§ 1º Os documentos de guarda permanente não poderão ser eliminados após a microfilmagem, digitalização ou qualquer outra forma de reprodução, devendo ser preservados de acordo com o disposto na legislação vigente.

§ 2º Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis.



# Câmara Municipal de Monte Mor

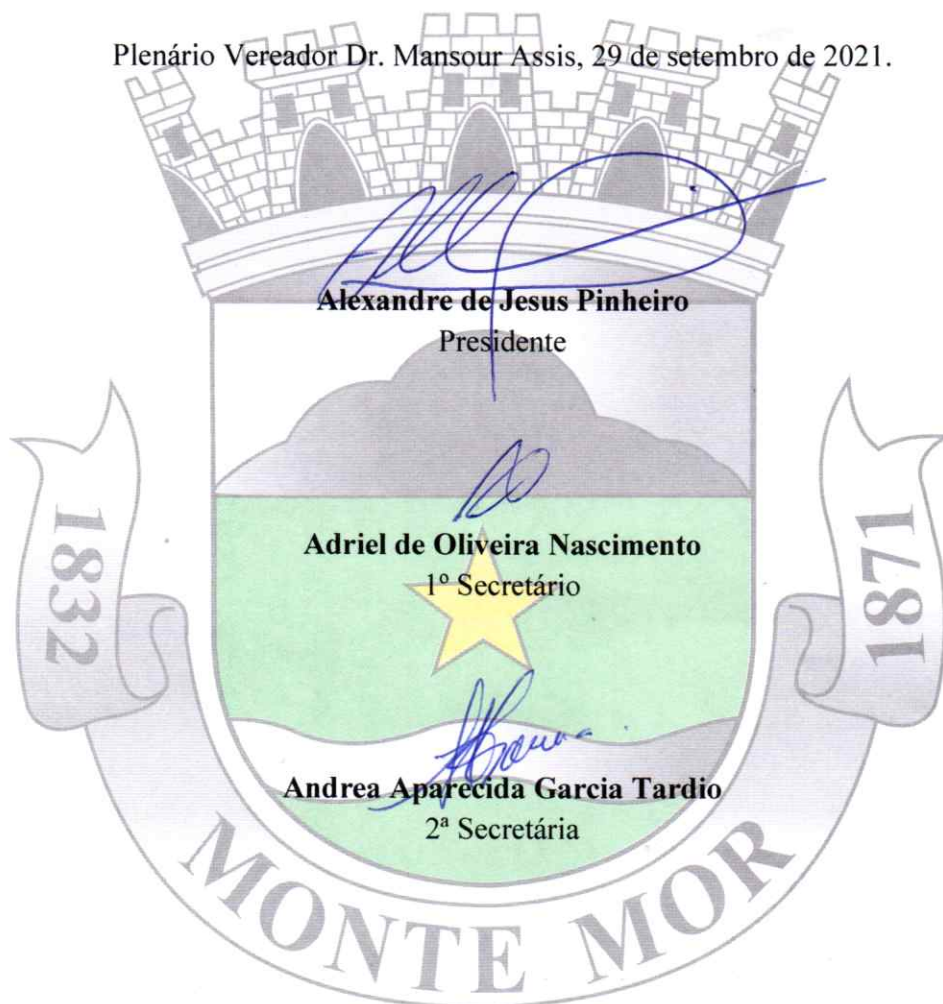
Palácio 24 de Março

**Art. 6º** Ficará sujeito à responsabilidade administrativa, civil e penal quem contrariar o disposto nesta Resolução, na forma da legislação vigente.

**Art. 7º** As despesas decorrentes com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 8º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Dr. Mansour Assis, 29 de setembro de 2021.







# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

## JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Resolução tem por objetivo instituir o Arquivo Público da Câmara Municipal de Monte Mor (SP) e definir suas atribuições com respaldo legal para a implementação de uma gestão sistêmica de documentos e informações, bem como instituir a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso e definir suas competências.

A Constituição Federal de 1988 dispõe, no artigo 216, § 2º, que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”.

No ano de 1991, foi publicada a Lei Federal nº 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos, que em seu artigo 17 determina que a “administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e Municipais”.


Esta mesma Lei estabelece, ainda, que são Arquivos Municipais “o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo” (art. 17, § 4º), e que cada município tem o dever de definir, em legislação própria, os critérios de organização e vinculação dos arquivos municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observando o disposto na Constituição Federal e na Lei nacional de arquivos (art. 21).

Pelo exposto e por ser de suma importância a instituição do Arquivo Público neste Legislativo, é que propomos o presente Projeto de Resolução.

Plenário Vereador Dr. Mansour Assis, 29 de setembro de 2021.

  
**Alexandre de Jesus Pinheiro**  
Presidente

  
**Adriel de Oliveira Nascimento**  
1º Secretário

  
**Andrea Aparecida Garcia Tardio**  
2ª Secretária